

Bracher admite pagamento simbólico

Ele chega hoje
aos EUA para
retomar negociação
com credores

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O governo brasileiro não descarta a possibilidade de fazer um pagamento simbólico de parte dos juros devidos aos bancos credores privados, se esse gesto for útil para o resultado final da negociação, e se for acompanhado de um gesto correspondente de boa vontade por parte dos bancos, disse ontem o assessor especial do ministro Bresser Pereira para a negociação da dívida, Fernando Bracher.

"Isso é o que eu vou perguntar a eles", respondeu Bracher à pergunta sobre que contrapartida os credores poderiam oferecer. Fernando Bracher embarcou ontem à noite para os Estados Unidos, onde vai participar da segunda rodada de negociações entre o governo brasileiro, os bancos credores e o governo americano. Também seguiram para Nova York o diretor da dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, e funcionários do departamento jurídico do BC e da procuradoria da Fazenda Nacional. Ao todo, sete pessoas participam dessa rodada, que marca a volta dos negociadores brasileiros aos Estados Unidos.

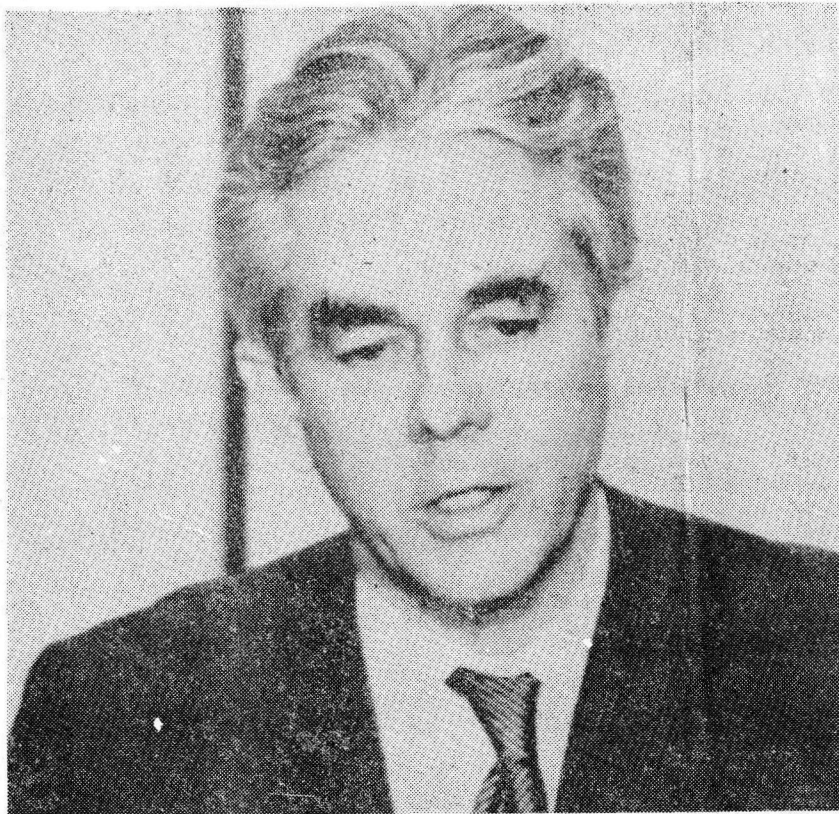
Bracher vinculou a eventual necessidade do pagamento simbólico à ameaça de rebaixamento na classificação dos créditos brasileiros por uma comissão do governo americano, que vai reunir-se dia 26. Ele disse que não acredita na

necessidade desse pagamento para evitar o rebaixamento, uma vez que as perspectivas de um entendimento entre Brasil e os credores já teriam melhorado substancialmente depois da apresentação da proposta formal pelo Brasil.

Ainda assim, Bracher admitiu que a comissão que vai julgar os créditos brasileiros poderia querer um sinal mais concreto de disposição do Brasil para negociar. "Eles poderiam dar uma de São Tomé", comentou, e nesse contexto, o Brasil poderia negociar o pagamento de parte dos juros devidos em 87, e que não foram pagos por causa da moratória. Mas sempre condicionado a "um gesto de negociação tem sempre dois lados, e só assim o gesto poderia ter esse dom de convencer a autoridade judicante de que está havendo progresso".

BÔNUS

De qualquer forma, nada disso muda a posição brasileira de negociação, que é a mesma levada ao comitê dos bancos no último dia 25, assegurou Bracher, o Brasil propõe o refinanciamento dos juros vencidos em 87 e a vencer em 88 e 89, na parte convencional da proposta. Na parte não convencional, propõe a transformação voluntária de parte da dívida em bônus a juros fixos, **spread** zero e prazos mais longos — a chamada securitização da dívida. Esses bônus teriam a vantagem, para os credores, de não ser sujeitos a reescalonamento ou refinanciamento, de serem os papéis prioritários — ou únicos — para a conversão em capital para investimento no Brasil, e de poderem ter sua remuneração melhorada se as condições econômicas do País também melhorarem.



30-9-86

Bracher acredita em entendimento com credores do País

O assessor do ministro confirmou também que esses bônus teriam o valor de face — nominal — dos títulos da dívida, e que o deságio sobre esses valores seria conseguido através da redução dos juros e alongamentos dos prazos. Bracher não deu muita importância à ameaça de uma retirada das linhas de curto prazo que financiam o comércio exterior brasileiro, como forma de pressão dos credores.